



GT – “13”: “Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea”

COMO PENSAR AS NOÇÕES DE CENTRO, PERIFERIA E CENTRALIDADE NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA?

Marlon Lima da Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA
marlon.angelim@gmail.com

RESUMO: Como pensar, a partir de uma abordagem espacial crítica, as múltiplas conexões existentes entre centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária? Utiliza como suporte teórico-metodológico a produção do espaço e a ideia de níveis urbanos de Henri Lefebvre. Problematisa o contexto brasileiro, condensando proposições de estudos recentes. Defende que a abordagem da produção do espaço, associada aos níveis urbanos, constitui instrumental importante para pensar e agir diante da complexidade emergente. Evidencia que a condição periférica do Brasil se atualiza no curso da urbanização planetária. Conclui mostrando que é fundamental repensar as ideias de centro, periferia e centralidade para promover processos de diferenciação espacial mais justos em diferentes níveis e escalas.

Palavras-chave: centro-periferia, centralidade, urbanização planetária

1. INTRODUÇÃO

A complexidade assumida pelo fenômeno urbano, diante de mecanismos cada vez mais globais de reprodução capitalista, exige considerar as ideias de centro, periferia e centralidade em múltiplas escalas e em diferentes formações socioespaciais (Soja, 2000; Lencioni, 2008; Sposito, 2015; Silva, Ribeiro, 2023). Consequentemente, a pesquisa urbana tende a exigir leituras menos geométricas e mais relacionais e críticas, tais como as estabelecidas no horizonte da chamada urbanização planetária (Brenner, Schmid, 2015; Brenner, 2018; Brenner, Katsikis, 2020).

A questão basilar que se coloca é a seguinte: como pensar, a partir de uma abordagem espacial crítica, as múltiplas conexões existentes entre centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária? Nesse desafio, o objetivo principal é problematizar essas noções,

tendo como fundamento a produção do espaço e a ideia de níveis urbanos (Lefebvre, 2013 [1974], 1986, 2001[1968], 2002 [1970]). É bem verdade que a própria concepção de urbanização planetária, nos moldes como colocada por Brenner e Schmid, (2015), já foi inclusive questionada no Brasil, considerando que “o urbano (-utopia) lefebvriano parece ter sido subsumido na operacionalização das paisagens, no processo de neoliberalização, na colonização e na implosão-explosão do capitalismo” (Castriota, 2016, p. 519). Trata-se de uma crítica embasada na ideia de “urbano-utopia” de Monte-Mór (2004, 2015) que anuncia a radicalização da participação, da cidadania e da democracia no escopo da “urbanização extensiva” de inspiração lefebvriana.

Muito embora seja de grande relevância problematizar a própria natureza da urbanização planetária proposta por Brenner e Schmid (2015), esse não é o foco do presente trabalho. O escopo principal de reflexão se baseia no resultado de pesquisas recentes sobre o tema do centro, da periferia e da centralidade que estão presentes nos estudos urbanos, especialmente os desenvolvidos no Brasil. Não se trata de inventariar os diversos trabalhos que trataram do tema sob o escopo da urbanização planetária no país, mas de identificar e condensar as principais problematizações construídas que tangenciam de algum modo o escopo principal. Um dos grandes desafios é saltar do conteúdo disciplinar problematizado e classificado no âmbito da Geografia Urbana, incorporando, assim, a Sociologia Urbana, Arquitetura, Economia, Ciência Política, o Planejamento Urbano e Regional etc. (Lefebvre, 2002 [1970]).

Feita essas ponderações, o conteúdo da exposição está dividido em três partes. A primeira, problematiza as ideias de centro, periferia e centralidade, ressaltando-as como recursos analíticos significativos não só no plano teórico, como também prático. A segunda, apresenta as premissas da urbanização planetária e defende a importância de pensar a produção do espaço e a ideias de níveis urbanos para capturar a complexidade emergente em múltiplas escalas. Finalmente, a terceira, valendo-se da perspectiva da produção do espaço e da ideia de níveis urbanos, condensa os estudos que, em diferentes escalas, tangenciam o debate do centro, da periferia e da centralidade no curso da urbanização planetária no Brasil.

2. A IDEIA DE HIERARQUIA COMO HORIZONTE ANALÍTICO PARA PENSAR CENTRO, PERIFERIA E CENTRALIDADE

As noções de centro, periferia e centralidade possuem vários sentidos. Elas podem se referir a elementos espaciais-geométricos, econômicos, políticos e culturais, mudando de significado conforme a ênfase analítica ou o ponto de vista do observador. A definição mais comum de centro se refere à dimensão espacial-geométrica, isto é, um ponto situado no interior de uma circunferência ou de uma superfície, sendo equidistante ou tendo aproximadamente a mesma distância dos outros pontos ou mesmo das extremidades da superfície (Ciranda Cultural, 1999; Dicionário Aulete.com, 2024). Nesse sentido, a periferia seria definida como o contorno dessa forma geométrica e a centralidade o atributo do centro geométrico constituído pela distância.

Valendo-se dessa dimensão espacial-geométrica, mas utilizando elementos econômicos, políticos e culturais, os sentidos ganham contornos plurais. Logo, pode-se falar em centro econômico, centro político, centro cultural e centro da cidade. Assim como, de periferia econômica e periferia da cidade. Do mesmo modo, de centralidade econômica, centralidade política e áreas centrais da cidade.

Há, portanto, uma grande polissemia que se faz claramente a partir dos critérios e do ponto de vista do observador. Para exemplificar, o centro econômico de uma determinada cidade pode ser considerado uma periferia. Para isso, basta que o observador amplie a escala e identifique que essa mesma cidade está localizada dentro de um país periférico nas relações econômicas globais. O mesmo serve para as dimensões política e cultural. Logo, a depender dos critérios e da escala de análise, as noções de centro e periferia ganham contornos polissêmicos que merecem atenção do pesquisador.

O mesmo acontece para a ideia de centralidade. Ela remete à atributos do que se considera como centro, revelando uma certa dominância em relação ao que se considera como periferia. Para ilustrar, muito tem se mencionado a seguinte expressão: “a periferia está no centro do debate urbano”. Isso significa que no âmbito da hierarquização dos temas urbanos contemporâneos, o que se considera como periferia está sendo enfatizado por muitos pesquisadores, assumindo, assim, centralidade diante dos outros temas. Logo, a sentença poderia ser a seguinte: “a centralidade da periferia nos estudos urbanos”.

Portanto, centro, periferia e centralidade estão sempre condicionados ao movimento intelectual de hierarquização de determinados elementos numa dada localização relativa. Segundo Corrêa (2022, p. 2), “É o nosso olhar que selecionará aquilo que iremos ver. A superfície terrestre e sua metáfora são assim sujeitos à polivocalidade, múltiplas vozes, múltiplos olhares (...) em cada um a diferenciação espacial será evidenciada”.

Seguindo essa perspectiva, a ideia de hierarquização tem como essência a segmentação sistemática de critérios definidos a priori, a partir de um determinado ponto de vista, por meio dos quais a construção de um todo coerente-ordenado é viabilizada no pensamento. Deve-se destacar ainda que a hierarquização é comumente utilizada como recurso fundamental para compreender importantes facetas de diferenciação espacial, isto é, a “motivação que atrai o geógrafo, curioso em tornar inteligível a ação humana sobre a superfície terrestre” (Corrêa, 2022, p.1). Especialmente, aqueles inerentes ao modo de produção capitalista, tais como: a) divisão territorial do trabalho; b) relações campo-cidade; c) estrutura espacial (seja na relação entre as diferentes cidades, seja no interior das aglomerações urbanas - metrópoles, cidades médias, cidades pequenas etc.).

Também se nutrem da hierarquização os estudos associados ao planejamento urbano e regional sob a perspectiva pragmática do desenvolvimento regional (Perroux, 1963; Christaller, 1966; Fridman, 1967). Trata-se de reconhecer os lugares centrais pela medição de suas áreas de influência, bem como programar sistematicamente, por meio da atuação do Estado, das corporações e da sociedade, a distribuição mais rentável de bens e serviços num dado contexto espacial.

Independente da abordagem, a forma como se entende os mecanismos de diferenciação espacial é que definirá a escolha dos critérios mais adequados para se pensar a hierarquização e os caminhos para atenuar ou até mesmo superar os efeitos perversos da reprodução desigual inerente ao modo de produção capitalista.

Centro, periferia e centralidade, portanto, são relevantes recursos analíticos. Não só no plano teórico, como também no plano de ação. Reconhecê-los e modulá-los no âmbito do pensar e do agir é certamente um grande desafio que precisa ser enfrentado para construção de

diferenciações espaciais mais justas na cidade e no urbano. Especialmente, porque estes se tornam cada vez mais globais.

3. CENTRO, PERIFERIA E CENTRALIDADE NA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Ao se dedicarem ao tema, Brenner e Schmid (2015) têm chamado a atenção para a necessidade de se construir uma nova epistemologia do urbano que seja capaz de capturar as transformações recentes conduzidas pela dinamicidade contemporânea da reprodução capitalista em grandes cadeias globais de valor. Os autores partem da tese lefebvriana da urbanização completa da sociedade, isto, é da complexa e inédita difusão do fenômeno urbano pelo movimento de implosão-explosão da cidade, conduzida inicialmente pela industrialização (Lefebvre, 2001 [1968], 2002 [1970]). Mas acrescentam novos contornos que se estabelecem via grandes ondas de neoliberalização a partir da década 1980.

Nessa construção epistemológica, Brenner e Schmid (2015) têm defendido a tese da “urbanização planetária”. Ela consiste no espraiamento global de um conjunto de fatores que incluem; a) desregulamentação ou novas formas de regulamentação do sistema financeiro global e de sistemas nacionais e subnacionais; b) flexibilização dos processos produtivos, constituindo redes globais de produção; c) revolução digital. De modo resumido, os autores defendem que pensar o curso da urbanização contemporânea exige reconhecer que embora as cidades assumam papel importante na reprodução sistêmica das transformações, é necessário ir além delas. Isto é, deve-se entender as chamadas “paisagens operacionais da urbanização expandida” que se expressão em; a) redes urbanas mais amplas de extração de recursos em zonas de exportação agroindustrial (incluindo alimentos, biocombustível, petróleo etc.) com impacto sobre pequenas e médias produções e sobre o ambiente; b) enormes infraestruturas operacionais de transporte e comunicação capazes de intensificar a circulação e acelerar a reprodução do capital diante dos imperativos de consumo das principais cidades do mundo; c) redes de migração inter-regional por meio de infra-estruturas de comunicação, orientando novas experiências cotidianas que ultrapassam as fronteiras.

Dentro dessa perspectiva, o rural passou a ser concebido no próprio cerne da urbanização (Brenner, Schmid, 2015; Brenner, 2018). Isto é, sem desaparecer, seu conteúdo

atual requer leituras renovadas que considerem contextos mais amplos, com destaque para a urbanização planetária. Logo, “As geografias do desenvolvimento espacial desigual estão articuladas hoje a novos padrões dentro de um tecido cada vez mais denso, embora profundamente polarizado, da urbanização planetária” (Brenner, Schmid, 2015, p.174).

Diante dessa reflexão inicial, é válido partir de alguns questionamentos. Se o tecido urbano ganha dimensões globais, como pensar as ideias de centro, periferia e centralidade? Como elas se expressam na urbanização planetária? Tratam-se de provocações cujas respostas certamente tomarão rumos diversificados. A depender da abordagem, os critérios escolhidos assumirão múltiplos contornos na economia, na política, na cultura. Portanto, os diferentes ângulos pelos quais a urbanização planetária se evidencia podem conduzir as ideias de centro, periferia e centralidade para caminhos específicos.

Longe de aprofundar as diversas possibilidades de pensar o tema, parte-se aqui da perspectiva da produção do espaço sob inspiração lefebvriana. Tal escolha se justifica pela abrangência sistemática que a produção do espaço oferece. Especialmente, porque a própria ideia de urbanização planetária se nutre da complexa produção do espaço.

De acordo com Lefebvre (1986, p. 159), o urbano “parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis”. Esses níveis são: as forças produtivas, a organização do trabalho, as relações de propriedade, as instituições e as ideologias. Logo, os centros, as periferias e as centralidades podem ser compreendidas como produções sociais da triplicidade concebido-percebido-vivido inerente à produção do espaço (Lefebvre, 2013 [1974]).

Nesse desafio complexo, buscando compreender a multidimensionalidade do urbano, Henri Lefebvre propõe a noção de “níveis urbanos”. Juntamente com a produção do espaço, ela assume papel de destaque para delimitar os pontos de visão acerca da delimitação do centro, da periferia e da centralidade no contexto da urbanização planetária.

Embora o conceito de “nível urbano” não esteja claramente exposto, ele remete a um procedimento metodológico construído para “introduzir uma certa ordem nos confusos discursos concernentes à cidade e ao urbano, discursos que misturam textos e contextos, níveis

e dimensões” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 77). Portanto, trata-se de uma espécie de hierarquização complexa para entender a cidade e o urbano que segmenta sem isolar os processos.

Resumidamente, Lefebvre (2002[1970]) indica a existência de três níveis fundamentais do fenômeno urbano: “nível global (G)”, “nível misto (M)” e “nível privado (P)”. Sendo que expressam, respectivamente: “os processos gerais (globais) [...], a cidade como especificidade e nível intermediário [...] e as relações de imediatividade (ligadas a uma maneira de viver, de habitar, de modular o cotidiano)” (Lefebvre, 2001 [1968], p. 65-66). De um ponto de vista geral, os três níveis se vinculam de maneira mais direta ao concebido, ao percebido e ao vivido, respectivamente. Ou seja, a triplicidade da produção do espaço e a ideia de níveis urbanos caminham juntas, complementando-se dialeticamente.

Deve-se ponderar que a noção de nível atravessa e ultrapassa a concepção de escala, sem deixar, no entanto, de fazer uso dela (Brenner, 2000). Segundo Corrêa (2018), o conceito de escala envolve quatro acepções: a) tamanho econômico (economias de escala); b) matemática (mapas, cartografias); c) espacial (área de abrangência de um processo ou fenômeno local, regional, nacional, global); d) conceitual (relação entre objetos e as teorias adequadas para a sua explicação e sua representação cartográfica). A ideia de níveis urbanos percorre essas diferentes acepções, aproximando-se, no entanto, mais da escala conceitual e espacial. A cidade, nessa perspectiva, vai muito além da delimitação matemática e da aglomeração, constituindo uma espécie de caminho entre o global e o cotidiano.

Aqui, a perspectiva de hierarquização se mostra como um recurso formal já que esses níveis se misturam complexamente na prática. Logo, as ideias de centro, periferia e centralidade relacionam-se dentro do processo maior de produção do espaço. Movimento este que não ocorre pela via única da reprodução ampliada do capital. Ele é campo de reprodução da vida cotidiana, sendo, portanto, aberto ao novo. Isto é, novos centros, periferias e centralidades que podem ser hierarquizados de maneira plural, diferencial.

Inspirada nessa forma de compreensão, Carlos (2019, p. 462) considera que “a resposta à sobrevivência do capital está posta pelo movimento da reprodução que se realiza por meio do cotidiano, do urbano e do espaço”. De modo análogo, Damiani (2009, p. 327) entende que “a

produção do espaço urbano constituiria a atualização da grande maquinaria nos séculos XX e XXI”.

Logo, os três níveis tendem a ser colonizados pela lógica de reprodução do capital, muito embora é necessário reconhecer que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos, 1980, p. 161) e “ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço” (Carlos, 2007, p. 21).

Assim, as ideias de centro, periferia e centralidade passam a ser entendidos, como elementos resultantes da produção do espaço. O que exige reconhecer a complexidade e a articulação de cada nível e escala, ou seja, identificando-os na triplicidade concebido-percebido-vivido. Basicamente, essa tarefa deve resultar da leitura cuidadosa acerca das práticas espaciais dos múltiplos agentes que produzem, consomem e circulam nas diferentes formações sociais.

O conceito de prática espacial foi muito problematizado na Geografia (Pereira, 2024). Aqui, entendemos de acordo com Lefebvre (2013 [1974]) de modo que a prática espacial de uma sociedade é conhecida decifrando o seu espaço. Nessa direção, um caminho importante é identificar que, no espaço percebido, as práticas espaciais associam a realidade cotidiana (emprego do tempo) e a realidade urbana (redes e percursos), de tal modo que assegura uma certa coesão (Lefebvre, 2013 [1974]).

No entanto, a ideia de coesão, aqui empregada, não pode ser confundida com a ideia de coerência, do ponto de vista lógico, ou seja, intelectualmente elaborada a partir de grandes esquemas interpretativos. Isso porque mesmo quando se considera a finalidade estrita de maximização dos lucros e rendimentos, os diferentes agentes “não produzem um espaço com pleno e inteiro conhecimento das causas, dos efeitos, das razões e implicações” (Lefebvre, 2013 [1974], p 96).

Logo, o modo como se lê o espaço percebido, associando-o ao concebido e ao vivido, orienta os caminhos de identificação e compreensão das diversas práticas espaciais. São elas que produzem centros, periferias e centralidades nas múltiplas escalas e níveis em que a urbanização planetária acontece. Ainda que de forma meramente didática, a segmentação dos

níveis é um caminho importante nessa complexa tarefa de segmentar e unir, de analisar e sintetizar.

4. REFLEXÕES A PARTIR DOS NÍVEIS URBANOS

4.1 O nível global

O centro, a periferia e a centralidade, no horizonte da urbanização planetária, podem ser pensados predominantemente a partir das práticas espaciais das grandes corporações e do Estado, quando se considera o nível global.

A hierarquização aqui se processa pela correlação entre dimensão econômica e política. Assim, o centro se confunde com o lócus que condensa duplamente os planos abstrato e concreto da acumulação e do poder. O conjunto das práticas espaciais traduz basicamente duas frentes que se complementam: a) tendência à facilitação dos negócios globais pela via impositiva neoliberal, incluindo a ampliada fluidez de capitais e a especulação financeira; b) reforço à centralidade das corporações globais no processo de produção do espaço. Logo, novas estruturas centro-periferia e novas centralidades são moduladas sob o contexto da urbanização planetária no nível global.

Caberia ao planejamento urbano e regional “corrigir” os “desníveis” por meio de políticas de crescimento econômico. No entanto, a receita comumente imposta às unidades territoriais periféricas é seguir os passos dos países centrais, estabelecendo reformas capazes de estimular o potencial econômico de crescimento no mercado internacional. Movimento este, estabelecido como mecanismo que, em última instância, acaba por ampliar a subordinação que se expressa nas desigualdades latentes, tanto externas quanto internas em relação à macro divisão regional Norte-Sul globais.

No contexto brasileiro e latino-americano, um caminho importante para compreender criticamente a noção de centro, periferia e centralidade pode ser a releitura histórica do capitalismo dependente de modo articulada ao contexto presente da urbanização planetária.

Alguns estudos nessa direção já indicam novos pontos, redes e áreas, não necessariamente citadinas, construídas para servir operacionalmente à urbanização planetária

(Arboleda, 2016, 2020). Esse arsenal inclui infraestrutura portuária, logística e atividades mineradoras no Chile que se vinculam a uma constelação crescente de megacidades, portos, bancos e fábricas no Leste Asiático. No Brasil, Canettieri (2024) destacou a emergência de uma “urbanização extensiva extrativista” que produz a violenta destruição de recursos naturais e modos de existência, numa complexa articulação entre extrativismo e crime organizado e nova extrema direita. Logo, é importante reconhecer as chamadas “hinterlândias”, isto é, os espaços fora das cidades que são arrastados pelo turbilhão da urbanização planetária (Brenner e Katsikis, 2020).

Em geral, as práticas espaciais das corporações e do Estado traduzem-se na complexa “destruição criativa” que, na realidade, representa a deterioração socioambiental e política que amplifica desigualdades histórico-estruturais. Assim, constituindo renovadas paisagens operacionais da urbanização planetária, em novos centros, periferias e centralidades, cidadinas ou não.

Sem necessariamente problematizar sobre o urbano, Pochmam e Silva (2023) analisaram os efeitos da inserção do Brasil na globalização a partir da década de 1990. Os indicadores econômicos do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, no período neoliberal (final da década de 1980 -atual), obteve o pior desempenho de todo o período republicano, isto é, desde 1889. Portanto, superando apenas o período pré-capitalista imperial. Isso tudo, mesmo considerando que entre 1980 e 2020 o crescimento médio da população brasileira foi o menor de todos os tempos analisados.

Os autores apontaram que “Ao lado da ruína das classes básicas do capitalismo industrial, houve a ascensão do complexo primário-exportador articulado ao setor financeiro especulativo e ao comércio importador” (Pochman e Silva, 2023, p. 10). Como resultado, uma nova condição periférica (mais rebaixada) se consolida no momento em que o país ingressou na Era Digital enquanto mero consumidor. Movimento este acompanhado pela especialização rentista e reprimarização exportadora estimulada pelo boom das commodities.

Essa conformação está associada à dependência histórico-estrutural que se renova amplamente com a política neoliberal pós-1980, a partir de três aspectos (Pochmam e Silva, 2023): a) mudança na composição da balança comercial, com o protagonismo de produtos com

baixo valor agregado; b) danos ambientais das atividades extrativistas e agropecuárias; c) renúncia fiscal e subassalariamento como instrumentos de vantagem competitiva.

Deve-se atentar ainda para a necessidade de se pensar uma agenda de pesquisa que contemple uma espécie de “nova urbanização dependente” na qual o poder financeiro-informacional se revela com alta capacidade de extração de renda da periferia (Ribeiro, 2022). Ele expressa o movimento de pulverização urbano-diferencial da lógica financeira, isto é, o “espalhamento sistemático dos mecanismos de reprodução socioespacial urbano da financeirização, com diferenças geográficas” (Silva e Rodrigues, 2023, p. 15).

Todos esses condicionamentos indicam novas conexões entre centro, periferia e centralidade cuja compreensão precisa ser conduzida por reflexões mais relacionais e críticas e menos geométricas e dicotômicas. Assim, embora o Brasil seja considerado como uma das periferias da urbanização planetária, é importante reconhecer a produção de novas centralidades. Em grande medida, elas resultam de novos centros operacionais agroextrativistas aos interesses não apenas das grandes corporações internacionais, mas de grupos hegemônicos locais que se nutrem da condição histórica de dependência refeita no contexto atual.

4.2 O nível misto

Nas intermediações entre o global e cotidiano, as cidades exercem papel fundamental. As dinâmicas nas suas morfologias, nas redes, bem como nos seus conteúdos exprimem contradições e conflitos fundamentais que ajudam a decifrar as ideias de centro, periferia e centralidade no curso da urbanização planetária em diferentes formações sociais. Trata-se da cidade numa perspectiva mais ampla e não no “citadismo” criticado por Brenner e Schmid (2015)

Os termos “cidade global”, “regiões metropolitanas”, “megalópole”, “cidade-região”, “cidade pós-industrial”, “cidade poli(multi)nucleada”, dentre outros, traduzem a importância das cidades contemporâneas para pensar as transformações globais e seus imperativos. A acumulação flexível (Soja, 2000) e o regime de acumulação com dominância financeira (Chesnais, 2001) constituem pilares interpretativos gerais pelos quais as cidades espelham e intermediam a natureza urbana mais elementar da produção do espaço nesse contexto.

No plano da urbanização planetária, as grandes cidades representam em si a “urbanização concentrada” (Brenner e Schmid, 2015). Tratam-se de expressivos polos, constituindo redes cada vez mais globais que interligam não só o entorno imediato como também amplas paisagens operacionais da “urbanização estendida”.

Logo, o nível misto pode ser interpretado a partir da combinação metabólica do movimento de “concentração geográfica” e “expansão geográfica” como parte do esforço para criar novas oportunidades de acumulação (Harvey, 2005). Ou mesmo, considerando a lógica de concentração e centralização do capital que representam respectivamente, a expansão dos meios de produção e de trabalhadores e a reorganização dos capitais em associações e fusões (Lencioni, 2008).

Lencioni (2008) considera que o conceito de centralização tem como principal contribuição aos estudos urbanos a importância de elucidar a gestão empresarial de grandes corporações, priorizando grandes extratos das redes urbanas como as metrópoles. A autora menciona a metrópole São Paulo como o grande centro que exerce, portanto, expressiva centralidade na rede urbana.

Acontece que a necessidade de absorção do capital excedente promove a frenética busca por novas localizações e as diferentes cidades (grandes, médias e pequenas) assumem papel de destaque nesse movimento (Harvey, 2013; Silva e Rodrigues, 2023b).

Isso porque, “Na medida em que o circuito principal, o da produção corrente dos bens mobiliários, arrefece seu impulso, os capitais serão investidos no segundo setor, o imobiliário” (Lefebvre, 2002 [1970], p. 146). Dessa forma, “o ‘imobiliário’ (junto com a ‘construção’) deixa de ser um circuito secundário, um ramo anexo e atrasado do capitalismo industrial e financeiro, para se situar em primeiro plano, embora de forma desigual, de acordo com os países, momentos e conjunturas” (Lefebvre, 2013 [1974], p. 369).

Isso tudo exige repensar o centro, a periferia e as centralidade, tanto na relação entre as diferentes cidades, quanto no seu espaço intraurbano. Evidentemente, os investimentos financeiros tendem a se espalhar, em áreas diversificadas, com novas escolhas locais cujos limites são imprevisíveis. Transcendem, portanto, a lógica centro-periferia, que não desaparece, mas se

complexifica. Afinal, “Nada é mais seletivo do que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima” (Chesnais, 2001, p. 10).

Nas cidades brasileiras não ocorre o fim da lógica de estruturação espacial centro-periférica rumo às cidades mais justas, pois processos de fragmentação socioespacial se sobrepõe a ela, ampliando as desigualdades e exigindo, com isso, novos esforços interpretativos no sentido de reconhecer “novos conteúdos das periferias urbanas” (Sposito, 2010; Lencioni, 2015; Ferreira, 2018; Cruz e Legroux, 2022; Silva e Rodrigues, 2023, 2023b; Silva, 2023).

Na escala da rede urbana, o termo “heterarquias urbanas” tem sido utilizado de modo a complementar a ideia clássica de hierarquias urbana, com vistas ao entendimento das interações espaciais que se estabelecem entre centros urbanos de diferentes tamanhos e funções (Catelan, 2012). No espaço intraurbano, os caminhos têm variado entre os pesquisadores em decorrência da multiplicidade de contextos analisados. Considerando os principais debates, notam-se duas concepções que não são antagônicas: a) viés da metropolização e formação de megarregiões (Lencioni, 2015); b) prisma da cidade poli(multi)nucleada e da fragmentação socioespacial (Sposito, 2015). Em ambos os casos, há necessidade de repensar as ideias de centro, periferia e centralidade, diante da complexidade do urbano contemporâneo nas diferentes formações socioespaciais.

Independente da abordagem, nota-se que nos últimos 15 anos a penetração da lógica financeira, considerando os setores da habitação e do comércio varejista, tem alavancado três problemas principais nas cidades brasileiras: desigualdade, segregação e fragmentação (Silva e Rodrigues, 2023b). Eles se aprofundam paralelamente ao movimento de facilitação dos negócios e de especulação, isto é, do horizonte de neoliberalização que ganha contornos mais cruéis nos países pobres. Em síntese, o centro, a periferia e a centralidade são pulverizados pela lógica financeira, constituindo um espaço percebido cada vez mais complexo e volátil cujo o horizonte de ação não cabe nos moldes do planejamento setorial e fragmentado que é comumente praticado. Nesse caminho, deve-se reconhecer que, mediando os diferentes níveis urbanos, as cidades se convertem em lócus privilegiado de análise e de ação, elucidando, sistematicamente, novas expressões do centro, da periferia e da centralidade no curso da urbanização planetária.

4.3 O nível privado

O nível privado, entendido aqui como a conexão mais intensa com a dimensão do espaço vivido pelas práticas cotidianas e pela representação, consiste no horizonte cada vez mais penetrado pela lógica do consumo. Segundo Lefebvre (2001, p. 13), “Todas as condições se reúnem para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”. De fato, “o consumo está virando a grande lógica cultural da revolução urbana” (Carreras, 2019, p. 256).

A marcha da urbanização planetária incorpora e difunde a chamada “sociedade burocrática de consumo dirigido” que (re)constrói e dinamiza centros, periferias e produz novas centralidades e morfologias urbanas. As propagandas via redes sociais, os smartphones e serviços de streaming traduzem globalmente a racionalidade do consumo antes mesmo que as mercadorias (objetos e serviços) desejáveis estejam amplamente disponíveis (Bauman, 2010). Do mesmo modo, as práticas de consumo dos potenciais consumidores são capturadas por algoritmos complexos em diversas partes do mundo (Couldry; Mejias, 2020).

Couldry e Mejias (2020) afirmam inclusive a emergência de um novo tipo de colonialismo, chamado de “colonialismo de dados”. Ele se fundamenta na apropriação corporativa de uma miríade de aspectos da vida humana, utilizada como “nova” matéria prima para a reprodução do capital. Os autores mencionam ainda que a captura dos dados contemporâneos da vida cotidiana se assemelha às formas de reivindicação histórica da terra no período colonial. Por sua vez, Silveira (2021, p. 1) considera que há uma “conversão do capitalismo digital em capitalismo de dados ou digital-dataficação” que se pauta nas múltiplas plataformas difundidas estrategicamente pelo mundo as quais estruturam bancos de informações que significam lucro e poder (Ex. Google, Facebook, Yahoo etc.). Nessa nova corrida imperial, é importante reconhecer que embora a China tenha crescido, “os EUA são o império tecnológico supremo” (Kwet, 2021, p. 6).

Nesse movimento, as segmentações dos grupos sociais pela renda, cor, moradia, cultura e gênero produz práticas de consumo diversificadas que são moduladas de diferentes formas pelas grandes corporações. Isso tudo, não só nas cidades, mas nas amplas paisagens

operacionais da urbanização planetária. Portanto, é fundamental mencionar que “o capital financeiro contemporâneo, com o auxílio da tecnologia da informação, tem reconfigurado a espaço-temporalidade [...], bem como a vida cotidiana” (Harvey, 2006 [1982], p. XXI). Em geral, a difusão da internet, do e-commerce, smartphone, bem como a utilização de redes sociais, aplicativos bancários e atendimentos personalizados intermediam essas mudanças. Em várias cidades pelo mundo (e além das cidades), esses equipamentos conectam a vida cotidiana ao universo da reprodução pelo consumo. Aqui, os pilares são dois: a) promover amplo acesso ao crédito pessoal (apropriado na forma de dívidas pelo sistema financeiro) (Lapavitsas, 2013); b) estimular o comércio (no sentido amplo do termo) (Aalbers, 2019).

Nesse impulso ao consumo, as novas “espaço-temporalidades” garantem a reprodução da lógica financeira, evidenciando suas expressões no cotidiano socioespacial da urbanização planetária. Um esforço que exige articular os diferentes níveis e considerar particularidades territoriais (Silva e Rodrigues, 2023b).

A distribuição espacial que deriva das políticas corporativas dos grandes grupos econômicos que comandam a plataformação no país constituem “desigualdades algorítmicas urbanas” (Tozi, 2023), isto é, os sistemas de tarifação são programados de modo a reforçar a estrutura centro-periférica das cidades. Convém destacar ainda que as atividades controladas por plataformas digitais (Uber, Rappi, iFood etc.) tem amplificado a precarização do mundo do trabalho. Elas atualizam processos de espoliação dos direitos trabalhistas no Brasil (Machado & Zanoni, 2022). Portanto, acentuam as desigualdades e contraditoriamente facilitam os negócios financeiros, subsidiando o consumo.

Todo esse aparato que se estabelece em diferentes cidades brasileiras não é isento de contrações fundamentais. Um dos principais paradoxos é que em paralelo ao aumento do consumo há o retorno da América Latina a patamares preocupantes em relação à segurança alimentar e nutricional (FAO et al., 2023). Portanto, trata-se de ponderar sobre o real alcance do consumo nos países pobres. Consumo de quê? Consumo para quem? Consumo sobre quais condições urbanas, ambientais, políticas, culturais e econômicas?

Finalmente, ao estudar as práticas de consumo na periferia de Guarulhos, em São Paulo-SP, Sposito (2022) evidencia dificuldades enfrentadas pelos moradores diante da cidade

fragmentada. Paradoxalmente, a autora mostra que ao mesmo tempo em que o consumo segmenta as centralidades pela renda, contribui para a construção de uma “identidade periférica” pela qual se reconhece que há “centro na periferia”. Aqui, os espaços vividos se abrem ao diferente, ressignificando e complexificando os imperativos da homogeneidade desintegradora do consumo. Trata-se de um campo aberto ao contraditório, ao diferencial (Lefebvre, 2013 [1974]). Entendê-lo, exige reconhecer as múltiplas escalas e níveis na triplicidade concebido-percebido-vivido por meio da qual o centro, a periferia e a centralidade se estabelecem no território brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marcha desigual da urbanização planetária tem produzido diferenciações espaciais hierárquicas por meio das quais as ideias de centro, periferia e centralidade precisam ser repensadas de modo mais complexo. Nesse desafio, pensar a produção do espaço e a ideia de níveis urbanos conduz a uma leitura integrada capaz de articular as escalas sistematicamente. Ao conectar as dimensões espacial, econômica, política e cultural, a abordagem de inspiração lefebvriana é certamente um horizonte que convida à ação na luta pelo direito à cidade sob novas bases. Isso porque, não se trata da cidade em si, institucionalizada, mas de um caminho entre o global e o cotidiano capaz de mobilizar estrategicamente o pensamento e ação.

Entretanto, muito ainda se tem a conhecer e a propor nessa direção. O debate acerca do centro, da periferia e da centralidade é uma via importante que precisa ser melhor aprofundada e problematizada no curso da urbanização planetária. Nesse desafio, o presente trabalho reuniu um conjunto de reflexões considerando basicamente o contexto brasileiro. Revelou que a lógica de reprodução da urbanização planetária tem intensificado desigualdades nos diferentes níveis urbanos, reforçando a condição histórico-estrutural periférica do Brasil. Condição esta que se complexifica, pois assume novos contornos sob a égide neoliberal ao promover a difusão da financeirização e a reprimarização agropecuária e neoextrativista e estimular o consumo de bens não produzidos internamente. Reconhecer esses mecanismos renovados representa o despertar para novas possibilidades de pensar e agir, promovendo processos de diferenciação espacial mais justos nos múltiplos níveis e nas múltiplas escalas.

5. REFERÊNCIAS

AALBERS, M. B. Financial geographies of real estate and the city: A Literature review. **Financial Geography Working Paper**, n. 21. p. 1-46, 2019. Recuperado em 01/05/2022, de https://www.fingeo.net/wordpress/wp-content/uploads/2019/01/FinGeoWP_Aalbers-2019-2.pdf

ARBOLEDA, M. Spaces of extraction, metropolitan explosions: planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 1, p. 96-112, 2016.

ARBOLEDA, M. **Planetary mine**: Territories of extraction under late capitalism. Verso Books, 2020.

BAUMAN, S. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. **International Journal of Urban and Regional Research**, 24(2), 361-378, 2000.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? **City**, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015a. 10.1080/13604813.2015.1014712.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRENNER, N; KATSIKIS, N. Operational landscapes: Hinterlands of the Capitalocene. **Architectural design**, v. 90, n. 1, p. 22-31, 2020.

CANETTIERI, T. Urbanização extensiva e o violento neoextrativismo no Brasil: dez considerações sobre a explosão do conflito social brasileiro. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, 26(1), 2024. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202417>

CARLOS, A. F. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur/Edição Eletrônica, 2007. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7688121/mod_resource/content/3/ANA%20FANI%20-%20espa%C3%A7o%20urbano.pdf

CARLOS, A. F. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), 23(3), 458-477, 2019.

CARRERAS, C. Cidade, Comunicação e Cultura. **Revista de Estudos Universitários-REU**, 45(2), 233-258, 2019. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n2p233-258>

CASTRIOTA, R. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 18(3), 507–523, 2016. Acesso em :12/06/2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p507>

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana**: interações espaciais interescales e cidades médias. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 5(2), 7-28, 2001. Acesso em: 12/06/2014. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Vol. 10. Prentice-Hall, 1966.

CIRANDA CULTURAL. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa São Paulo: Abril Cultural, 1999.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, R. L. Notas sobre a diferenciação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 26(1), 2022, p. 1-9. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069>
» <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069>

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The Costs of Connection**: How Data Are Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019. Dicionário Aulete.com. **Centro**. Acesso em 10/06/2024. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/centro>

CRUZ, T.S.; LEGROUX, J. Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 396–435, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2938>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e produção do espaço. **Revista Cidades**, v. 6, n. 10, 2009.

FAO, FIDA, OPAS, PAM, & UNICEF. (2023). **América Latina e Caribe 2022**: Panorama regional da segurança alimentar e nutricional - Estatísticas e tendências. Santiago do Chile. Recuperado em 11 jun. 2023, de <https://doi.org/10.4060/cc2314es>

FERREIRA, H. M. Análise crítica da noção de policêntrismo: uma contribuição ao estudo da centralidade em cidades médias. **Revista GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 98-112, 2018.

FRIEDMANN, J. **A General Theory of Polarized Development**. The Ford Foundation urban and regional advisory program. Chile: Santiago, 1966.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

HARVEY, D. **The limits to capital**. São Paulo: Verso Books, (2006 [1982]).

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes**: del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

KWET, M. A ameaça nada sutil do Colonialismo Digital. **Outras Palavras**, 15/03/2021. Online: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a--ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/> Acesso 06/08/2021.

LAPAVITSAS, C. The financialization of capitalism: 'Profiting without producing'. **City**, v. 17(6), p. 792-805, 2013.

LEFEBVRE, H. **Le retour de la dialectique**: douze mois clef pour le monde moderne. Paris: Messidor/Édition Sociales, 1986

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001[1968].

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002 [1970].

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Capitán Swing Libros, (2013 [1974]).

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, 39, p. 7-20.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C (Orgs.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 35-68, 2015.

MACHADO, S., & ZANONI, A. P. **O trabalho controlado por plataformas digitais**: dimensões, perfis e direitos. Curitiba: UFPR. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf

MONTE-MÓR, R. **Modernities in the Jungle**: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 2004. 360 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) University Of California, Los Angeles, 2004.

MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 55-70.

PEREIRA, C. S. S. Práticas espaciais. **GEographia**, 26(56), 2024. <https://doi.org/10.22409/GEographia2024.v26i56.a55186>

PERROUX, F. Consideraciones en torno de la Noción de Polo de Crecimiento. **Cuadernos de la Sociedad Venezolana da Planificación**, vol. 2. n.º.3, pp. 1-1-, jun-jul. 1963.

POCHMANN, M; SILVA, L. C. **O Brasil no capitalismo do século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2023.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

RIBEIRO, L. C. Q. **A nova urbanização dependente: por uma agenda de pesquisa**. Palestra. Natal-RN. 2022. Recuperado em 16/05/2023, de <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Palestra-Natal-2022-V2.pdf>

SILVA, M. L.; RODRIGUES, J. C. (2023). Contemporary urban and center-periphery structure. **Mercator** (fortaleza), 22, e22012. <https://doi.org/10.4215/rm2023.e22012>

SILVA, M. L.; RODRIGUES, J. C. Níveis urbanos e financeirização: síntese possível? Urbe. **Revista Brasileira De Gestão Urbana**, 15, e20220205. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220205>

SILVA, M. L. Estrutura espacial centro-periférica ou fragmentada? Os shopping centers em Belém e Manaus. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Palmas- TO, 2023. Acesso em: 16/06/2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID2198_TB430_21112023161923.pdf

SILVEIRA, S. A. Capitalismo digital. **Revista Ciências do Trabalho**, 20, 1-10. 2021. Acesso em: 12/06/2024. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/286>

SOJA, E. W. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Oxford: Basil Blackwell, 2000.

SPOSITO, M. E. B. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C (Orgs.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 125-140, 2015.

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial e consumo na periferia de São Paulo. **Tlalli. Revista De Investigación En Geografía**, (8), 56–85, 2022. <https://doi.org/10.22201/ffyl.26832275e.2022.8.1828>

TOZI, F. A cidade e as novas desigualdades algorítmicas urbanas. In: TOZI, F. (Org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Linonad, 2023, p. 15-30.